



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública para apresentar e discutir as propostas de criação da “Floresta Estadual Serra D’Água”, de responsabilidade do Instituto Florestal, realizada no dia 10 de dezembro de 2010, na cidade de Campinas.

Realizou-se no dia 10 de dezembro de 2010, às 17H00 horas, no Palácio dos Jequitibás, Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, Av. Anchieta, 200, andar térreo, Centro, Campinas/SP, a Audiência Pública para apresentar e discutir propostas de criação da “Floresta Estadual Serra D’Água”, de responsabilidade do Instituto Florestal. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e presidente do CONSEMA, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Rodrigo Colicigno Ribeiro, assessor da Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Campinas; Paulo Sérgio Garcia de Oliveira, Secretário de Meio Ambiente de Campinas; Odair Leitão Alonso, assessor técnico da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social de Campinas; Darci da Silva e Joaquim de Castro Tibiriçá, assessores da Secretaria de Cooperação Internacional de Campinas; e José Roberto Carvalho Albejante, Promotor de Justiça da Cidadania e Meio Ambiente de Campinas –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Luís Rabigun, Vereador pelo Município de Campinas, e Dulce Miriam de Camargo Freitas, assessora do Excelentíssimo Senhor Miguel Arcanjo, também Vereador pelo Município de Campinas –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Eduardo Goulardins Neto, Gestor da Estação Ecológica de Valinhos, vinculada à Fundação Florestal; Jaime Anísio de Freitas, representante do Instituto Florestal de Mogi-Guaçu; Ivan Soares da Mota, representante do Instituto Florestal de Mogi Mirim –, das sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Mohamed Habib, representante da Unicamp –, das entidades ambientalistas – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Roberto Piccolo, representante da oscip Elo Ambiental; Márcia Correia, representante da Associação Protetora da Diversidade das Espécies – PROESP; Deise Nascimento, representante do Instituto Árvore da Vida; Paulo Santiago, representante da entidade A. Rocha Brasil; Maria Helena Novaes Rodrigues, representante da Associação de Educação do Homem do Amanhã; Dionete Santim, representante da APA Viva; José Luiz Vieira Muller, representante do Instituto Jequitibá –, do Poder Judiciário, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública para apresentar e discutir propostas de criação da “Floresta Estadual Serra D’Água”, de responsabilidade do Instituto Florestal. Após oferecer informações gerais acerca do rito obedecido por aquela audiência, conforme disciplinado pela Deliberação CONSEMA 34/01, e verificado que nenhum conselheiro se fazia presente, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA convidou o Senhor Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor, Diretor Geral do Instituto Florestal, para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos. Antes, porém, este procedeu à apresentação da proposta de criação da Floresta Estadual Serra D’Água, o que fez a partir de uma abordagem histórica do contexto em que surgida e da síntese, em linhas gerais, de seu escopo. Ressaltou, a esse respeito, que aquela proposta fora elaborada por um grupo multidisciplinar formado por técnicos do Instituto Florestal e colocada à disposição dos interessados na sede CATI, como também no sítio eletrônico do Instituto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Márcia Correia, representante da Associação Protetora da Diversidade das Espécies – PROESP, manifestou seu apoio ao ato, enfatizando que desde 1980 a PROESP, segundo ela uma das entidades mais antigas do Estado de São Paulo, vem lutando pela formação da Floresta Estadual Serra D’Água. Leu a seguir um texto do Senhor



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Pegoraro, ex-presidente da associação e que por razões de ordem pessoal não pôde estar presente àquela audiência. Segundo o documento, a proposta de transformação da gleba associada à Fazenda Serra D'Água, porção anexa ao Parque Jambeiro/Campinas, em mais uma Unidade de Conservação, coroaria os esforços de conservacionistas e ambientalistas, que desde 1980 buscavam a efetiva proteção desse sítio. Referiu que nos anos de 1980 a área constituía alvo de contenda judicial e era ameaçada por fortes interesses econômicos, os quais foram confrontados por conservacionistas ligados a PROESP, e que tais fatos foram amplamente divulgados pela imprensa local, como atestaria matéria de página dupla do Correio Popular, onde se tornava público o que os conservacionistas enfrentavam 'nos bastidores' daqueles fatos – toda polêmica em torno da terra, os indícios de que haveria uma grande especulação imobiliária envolvendo o governador Orestes Quécia e, mais à frente, o referido veículo registraria as repercussões do evento no Legislativo campineiro, por intermédio mais particularmente da vereadora Arita Petená, que não teria poupado palavras na tribuna da Câmara para acusar o então governador Orestes Quécia de envolvimento no caso das terras milionárias. Relatou que, de forma pioneira e diante das ameaças que recaíram sobre a área em 1985, ambientalistas e conservacionistas da PROESP decidiram, em suas reuniões, intervir no caso. A primeira providência tomada – explicitou – foi enviar ao CONDEPHAAT/Secretaria Estadual de Cultura pedido de tombamento do sítio, documento acompanhado de sucinto dossiê argumentativo incluindo ilustrações e informações técnicas preliminares inspiradas nos vários tombamentos de áreas verdes ocorridos naquela década, embora sabendo que as características da área não favoreciam a obtenção da referida titulação. Esclareceu que, diante da repercussão de outro problema local, envolvendo denúncias sobre as condições precárias de animais mantidos em viveiros e em jaulas em parque municipais (a exemplo do Bosque dos Jequitibás), optou-se por outra estratégia, qual seja a de sugerir que essa área abrigasse também animais. Informou que a imprensa registrou o encaminhamento de ofício ao prefeito à época, José Roberto Magalhães Teixeira, indicando uma área destinada à construção de um zoológico em Campinas, que até então não possuía nenhum. Ainda de acordo com o documento, prosseguiu, embora a associação fosse contrária à idéia de se manter animais em cativeiro, foi feito um trabalho criterioso e que apresentava viabilidade do ponto de vista técnico. Esclareceu que o local indicado, de dimensões aproximadas de 360.000 m² ou quinze alqueires, ficava localizado no loteamento Parque Jambeiro. Comentou que, no intuito de se obter alguma forma efetiva de proteção à área, os conservacionistas recorreram a diversas estratégias, com destaque àquelas que implicam em posicionamento dos poderes públicos, e que foi com esse intuito que em 1987 ofícios foram enviados à curadoria do Meio Ambiente de Campinas e encaminhou-se à administração municipal uma nova proposta, a qual sugeria que a área fosse declarada de interesse ecológico, ou seja, pertencente ao SNUC. Supunha-se, relatou, nos termos do texto de que era porta-voz, que essa medida atraísse o interesse do Poder Executivo local por ser de aplicação relativamente mais fácil. Observou que no documento assinado pela Dra. Roseli Torres, e protocolizado a 26 de julho de 1988, cuidou-se de incluir os dispositivos legais que sustentavam a proposta. Entretanto, ressaltou, em todos os casos as respostas por parte do poder público foram sempre lacônicas, nunca apresentando nada efetivo. Argumentou que, deste modo, no início dos anos de 1990 os ativistas e voluntários que passaram a fazer contatos pessoais com deputados na região de Campinas – deputados estes que gozavam a fama de combativos – e que esperavam que esses políticos assumissem uma postura mais ativa, que conduzisse a campanha conservacionista de forma mais efetiva, não lograram êxito na empreitada. O texto enfim destacou que a preocupação e o empenho dos conservacionistas que desejavam ver a área verde da coudelaria e seus mananciais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

protegidos ficaram bem registrados pelos veículos da imprensa local, assim como noutros veículos de circulação mais ampla, como o Jornal da Tarde. Após a leitura do documento, formulou dúvidas acerca da formação do Conselho, sobre como se daria a instalação de laboratório e do centro de treinamento e pesquisas, sobre a zona de amortecimento e sobre a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Enfatizou que será necessária uma vigilância bem severa da área, já que, segundo tinha notícias, poderia ocorrer extração clandestina de terra e areia no local. Classificou a Mata Santa Genebra como a segunda maior mata nativa da região, e afirmou que está sendo degradada pela implantação de loteamentos e pelo consequente adensamento urbano de seu entorno, como ainda por seu uso político. Manifestou, ao final, sua preocupação com a gestão da Floresta Estadual Serra D'Água, porque, segundo argumentou, existiriam áreas na região de Campinas, a exemplo da Mata de Santa Genebra, que, por se vincularem a partidos políticos e serem administradas normalmente por pessoas que não tinham nenhum conhecimento acerca das questões ambientais com as quais passavam a lidar, resultavam até mesmo na degradação ambiental dessas áreas. Mohamed Habib, representante da Unicamp, ressaltou a importância de eventos como aquela audiência pública, importante marco para o Município de Campinas. Ressaltou a situação crítica da região metropolitana da cidade quanto à vegetação permanente e às florestas, e que fora apresentada pelo Diretor do Instituto Florestal com notável clareza. Observou que em regiões que registram apenas fragmentos de vegetação não é possível manter uma biota funcional que expresse de fato a situação ecológica em termos de seres vivos nativos, e enfatizou que a proposta de criação da floresta se dava em bom momento. No entanto, prosseguiu, quando se fala dessa região específica, que é a região que une Campinas e Valinhos, e desta área em particular, era importante notar que ela era vinculada ao Ministério de Defesa, e que havia sido alvo de disputas e objeto de várias audiências públicas, inclusive na Câmara Municipal de Valinhos, para se evitar fosse loteada, uma vez que o Exército pretendia dela desfazer-se. Esclareceu que foi então conquistada a preservação daquela área, antes pelos riscos que a região sofreria, porque trata-se de uma baixada e a impermeabilização no solo seria catastrófica, causando enchentes para os dois municípios, que pelo argumento da preservação ou da conservação da biota do local. Confessou que era grande a dificuldade para convencer a própria sociedade e o Poder Público da importância das áreas de preservação permanente. Outrossim, apresentou, neste sentido, proposta para que o Estado de São Paulo, através de convênio com a União, anexasse uma área à outra, uma vez que cada uma delas isoladamente era por demais pequena para assegurar a manutenção de sua função biológica em termos de conservação e de biota, mas que, unidas, ampliariam esse potencial de conservação e, com isso, seriam evitadas outras tentativas de implantação de loteamentos e similares. Sugeriu, ainda, gestão participativa para a área em questão, incluindo parcerias para a implantação de instituições de pesquisa e universidades. Discorreu sobre os institutos de pesquisa e sobre as universidades da região, como a PUC e a UNICAMP. Propôs que essas universidades fossem instadas a colaborar para que a recuperação da área se desse a partir de critérios científicos e não apenas permitindo-se ocorra naturalmente, e requereu fosse registrada a proposta de fusão das áreas. Informou que a fazenda, que pertencia, como antes mencionara, ao Ministério de Defesa, era usada para manobras e treinamentos do Exército, e que, como a munição utilizada na época era de baixa qualidade, alguns explosivos podem ter restado na área sem que tenham sido acionados. Por essa razão, sugeria que se fizesse um trabalho, através do próprio Exército, de limpeza da área, retirando-se essas cargas porventura remanescentes. José Roberto Piccolo, representante da oscip Elo Ambiental, declarou que sempre esteve envolvido com a defesa dos recursos hídricos, participando dos comitês de bacias, e que todo o final de semana



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

passava acompanhando também o trabalho de pavimentação da Rodovia SP 332, feito a partir da utilização de pavimento ecológico. No entanto, assegurou, a descarga do escoamento pluvial necessitava urgentemente de uma melhor adequação, tendo em vista que o processo erosivo, a prosseguir, comprometeria em pouquíssimo tempo os mananciais garantidores da vazão do Rio Capivari nos picos de estiagem. Relatou que a região, durante os últimos quarenta anos, passou por um processo de progressivo abandono, e que as tipuanas encontradas hoje no local, apesar de seus apenas trinta anos, têm avançado rapidamente e estão tomando conta de toda região. Afirmou que o local concentra desova de carros roubados, lixo de toda natureza, inclusive lixo químico, e que tinha fotos para provar tudo quanto declarava. Argumentou que foram feitas algumas intervenções na obra da SP 332, e que por isso houve certo atraso no andamento das obras, mas que porém estas intervenções eram necessárias para que as adequações de escoamento de águas pluviais se dessem com o menor impacto possível. Discorreu sobre as questões ligadas ao Rio Capivari e destacou haver participado dos comitês dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, nas câmaras de recursos naturais e na outorga de licenciamento. Ainda sobre o mesmo assunto, declarou que os comitês encaminharam recentemente o plano de bacias, previsto para 2035, programa este que buscava requalificar as águas de mencionadas bacias. Ponderou que se poderia hoje ter uma superior qualidade das águas, mas que o que diversamente ocorre, com o avanço urbano e a pressão imobiliária, é firmar-se a expectativa de que por volta de 2020 a 2025, se o Rio Capivari não tiver suas áreas de recarga dos contribuintes protegidas, venha a atingir o pico da estiagem praticamente seco, haja vista que Campinas capta na Bandeirantes em torno de 6% a 8% da água necessária para o abastecimento da cidade. Comentou que a pressão em prol das medidas necessárias era de fato feita, e que houve vários atritos em audiências públicas na própria prefeitura, porque determinadas pessoas disputavam a gleba que é drenada para o Córrego Invernada, da bacia do Rio Atibaia. Informou que se discutia também a construção de um hospital para o município, e que o Governo Federal possuía recursos para construí-lo, mas não sem danos ao patrimônio ambiental, sobretudo em relação ao bem mais importante do município – a água. Lembrou enchente ocorrida em Valinhos, no mesmo Córrego Invernada, com prejuízos materiais de grande monta. Recordou que vários veículos caíram dentro do córrego pela força das águas, e foi muito trabalhoso de lá retirá-los, e diagnosticou que a redução da vazão de água prejudica a fruição da carga orgânica do esgoto, que lá circula em grande quantidade. Confessou-se ao final agradavelmente surpreendido com o agendamento da audiência pública, e que gostaria, também ele e em nome da organização que representava, de ofertar sua contribuição, sob a forma de sugestões para o aprimoramento do projeto. Deise Nascimento, presidente do Instituto Árvore da Vida, destacou serem incontáveis as interligações que a rede hídrica tem dentro do tecido urbano na região, o que lhe despertara o interesse pela elaboração de projetos de recuperação de nascentes, com o objetivo de criação de uma floresta urbana, e, principalmente, pelo desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade do entorno dessa floresta, porque o Instituto que representava entendia que a questão dizia respeito essencialmente à necessidade de conscientização com relação ao resíduo urbano produzido. Manifestou seu apoio à proposta do professor Mohamed de unificação das áreas e, de modo especial, à idéia de se desenvolver planos de conscientização da população do entorno com relação a essa iniciativa, o que seria a primeira ação efetiva rumo à criação da Floresta Estadual Serra D'Água. Concluiu ao pontuar que entendia de fundamental importância a interligação entre pequenas áreas, e colocou-se à disposição, em nome do instituto que representava, para colaborar com essa ação. Paulo Santiago, representante da A Rocha Brasil, manifestou sua satisfação com a criação da floresta, medida pela qual declarou lutara durante anos, e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que enfim veria preservada. Narrou que seu pai, representando a PROESP, já encabeçara esse luta, nos anos de 1980 a 1990, no antigo Clube dos Agrônomos, onde foi elaborado o projeto para preservação da Mata de Santa Genebra, e que desde a época já se tentava preservar também a área em discussão. Questionou a pertinência de se criar animais para serem utilizados nas próprias unidades do Exército fixadas junto à floresta, indagou qual seria a destinação do lixo rural gerado naquela fazenda, perquirindo ainda como se dariam as parcerias Secretarias do Estado. Sugeriu que elas compusessem, juntamente com as entidades civis e, de modo especial, as que tivessem por objeto a militância pela ecologia, de um Conselho, o Fórum de Campinas. Acrescentou que grande número das entidades que se apresentam ao debate não têm qualquer intimidade com as questões ecológicas, e que buscam tão-somente demarcar seu espaço político. Ressaltou a necessidade de se estar atento para que o processo se desenvolva sem a mácula dos interesses personalistas, como ocorre em alguns conselhos da região de Campinas, nos quais a tônica é a autopromoção. Maria Helena Novaes Rodrigues, representante da Associação de Educação do Homem de Amanhã, declarou que ficou profundamente emocionada quando viu as fotos divulgadas nos jornais sobre a Fazenda Serra D'Água, que seriam de propriedade da Associação conhecida como "Guardinha", e leu, em poucas linhas, o texto a seguir, que definia o escopo do organismo que representava: "A Associação de Educação do Homem do Amanhã tem como finalidade favorecer, promover e incentivar a proteção e a educação de crianças e adolescentes, com vistas ao seu futuro, procurando contribuir para crescerem assegurados todos os direitos fundamentais determinados por lei". Declarou que é presidente da Guardinha desde 2004, que foi fundada por seu pai, Rui Rodrigues, e que uma das maiores alegrias que teve ao assumir sua presidência foi verificar que não haviam ainda vendido o Sítio Santa Rita, com seus quatro alqueires que margeiam o córrego e que desde 1985 pertencia à instituição. Detalhou que a mata ocorre de um lado do córrego e do outro lado se localiza o Sítio Santa Rita, e que as pressões para se vender a área eram fortíssimas. Mas, reafirmou, a área não será vendida, posto que necessária ao equilíbrio do meio ambiente local. Sugeriu fosse feita outra reunião, agora na sede da própria Guardinha, com o intuito de se discutir o projeto de criação de um centro educacional apoiado pela RAC, e colocou seus préstimos a serviço de todos quantos se propusessem a também colaborar com o projeto em discussão. Dionete Santim, representante da APA Viva, parabenizou os responsáveis pelo projeto de criação da Floresta Estadual Serra D'Água, que considerava tratar-se de fato de um anseio de muitas pessoas da região de Campinas. Declarou haver realizado um levantamento inicial da região correspondente à floresta, com mapeamento das matas remanescentes, que teve por base fotografias de 1994, que foram depois disponibilizadas, em 1995, e que posteriormente lhe serviram de base para tese acadêmica, já em 1999. Narrou que à época visitou a Fazenda Remonta, atual Fazenda Serra D'Água, e verificou que esta não apresentava características interessantes para fins de mapeamento, uma vez que o critério geral de inclusão entre os sítios mapeáveis exigia que se tratasse somente de áreas nativas. Informou que em 1999 procedeu-se à atualização do mapa existente, que registrava naquela época somente 2,55% do território coberto por vegetação nativa, valores que hoje girariam ao redor de 6,26%. Narrou que o trabalho de levantamento da área partiu de um compromisso assumido entre a Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, onde declarou trabalhava no Depan, e a Prefeitura Municipal de Campinas, e que o que se percebeu é que o mapa usado no Plano Diretor já mostrava algumas deficiências, uma vez que em alguns lugares foi encontrada vegetação que antes documentou-se não existia, donde emergiu a necessidade de se atualizar referido levantamento. Foram incluídas no novo mapa, conforme informou, áreas que não constituem florestas, mas que permaneciam abandonadas – o que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

considerou “abandono positivo” –, e citou a título de exemplo a Fazenda Remonta, que, a partir do momento em que deixou de receber a influência dos fatores de perturbação que ocorriam no local, teve a capoeira revigorada, razão pela qual foi incluída no novo mapa. Ressaltou que as áreas que não puderam ser incluídas em 1999 o foram em 2010, diversamente do que publicara jornal, segundo o qual a vegetação local teria duplicado em onze anos. Informou que na realidade a cidade tem mais de 10% de cobertura vegetal arbórea, com matas mistas compostas por eucaliptais abandonados, e destacou que, do ponto de vista da biologia da conservação, não existe biodiversidade em fragmentos isolados, o que sugere que haja conectividade entre os fragmentos e que, portanto, o plano de manejo viria a concluir por essa ligação entre referidas áreas. José Luiz Vieira Muller, representante do Instituto Jequitibá, manifestou-se favorável à criação da Floresta Estadual Serra D’Água, sem deixar de patentear sua preocupação com as terras de seu entorno. Relatou que a questão relacionada à área pertencente ao Exército era até certo ponto complexa, uma vez que envolvia ao mesmo tempo interesses da União e do Estado, e que cabia à sociedade reivindicar que a anexação pretendida acontecesse efetivamente. Referiu a propósito episódio em que a conduta do Exército teria manifestado desatenção às questões ambientais. Observou a presença de vereadores do município de Campinas na audiência pública, e enalteceu o papel representado pela Câmara Municipal no âmbito do tema discutido. Ao terminar, ressaltou a importância do projeto em debate, e sublinhou que este representava o princípio de um longa parceria entre Estado e sociedade. Passou-se à etapa em que é dada oportunidade à manifestação dos presentes. Alessandro Rocha, cidadão campineiro, disse que a questão que viria a formular, acerca da conectividade entre a Estação Ecológica de Valinhos e a Floresta Estadual Serra D’Água, já fora respondida, mas que, entretanto, gostaria de entender exatamente em que termos se constituiria essa floresta, uma vez que a maior parte da área a ela destinada não seria composta por vegetação nativa. Sugeriu ainda que o corredor que conecta os dois grandes fragmentos de floresta fosse considerado na avaliação do estudo, com a conseqüente ampliação da área da reserva, pois possibilitaria maior fluxo gênico, maior preservação da rede hidrográfica e aumento da diversidade de espécies, tanto animais quanto vegetais. Vinícius Coimbra, estudante de Engenharia Ambiental da UNESP-Universidade Estadual Paulista e cidadão campineiro, parabenizou pela audiência pública a todos quantos contribuíram para que ocorresse, e festejou que aquele evento, ao invés de cuidar da aprovação de um empreendimento nocivo ao meio ambiente, como, segundo ele, era o que na maior parte das vezes ocorria, tratasse da constituição de uma floresta, que apenas benefícios traria ao município. Indagou sobre como será constituído o conselho consultivo, preocupado com a garantia eficaz de uma boa gestão da floresta estadual. Manifestou seu irrestrito apoio à sugestão ofertada no sentido de se promover o aproveitamento do potencial de implementação de projetos de educação e pesquisa da cidade de Campinas junto a várias universidades, principalmente a UNICAMP, e ressaltou a importância de se implementar projetos de educação ambiental com a comunidade do entorno, uma vez que é justamente o consumo humano que gera resíduos, transformando assim os moradores da região em verdadeiros fiscais ambientais. Instou as empresas que margeiam a Rodovia Anhanguera junto à floresta a que colaborassem na captação de recursos, e que, quer seja por meio do *marketing* verde, ou ainda através de investimentos na formação da consciência ambiental na região, poderiam patrocinar em alguma medida a Floresta Estadual, haja vista os escassos recursos que receberá da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Roseli Torres, pesquisadora do Instituto Agrônomo de Campinas, declarou que há trinta anos milita em defesa da área. Solicitou a inclusão de uma contribuição do Sr. João Luiz Pegoraro, biólogo que no início da batalha pela conservação da área era o presidente da PROESP,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tendo elaborado parte da proposta de criação da Floresta Estadual. Procedeu então à leitura de breve texto sobre pássaros, encaminhado pelo biólogo: “ Para contribuir com a lista preliminar de espécie da fauna contida no documento que embasa a proposta para a criação da Floresta Estadual Serra D’Água, segue uma relação de aves detectadas no local nos anos de 2003 e 2004, além dos registros esporádicos efetuados quando passávamos pelo local. Duas visitas de registros mais sistemáticos foram efetuadas em 2004 – uma no inverno e outra no verão. Em tais ocasiões, contornou-se a área tendo-se seguido pela Estrada da Coudelaria ou Estrada Velha de Campinas, Valinhos, São Paulo e pelo Parque Jambeiro. (...)” Apresentou uma lista de setenta e nove espécies de aves, que solicitou fosse incluída no projeto, e endossou a proposta feita pelo professor Mohamed para anexação da área da coudelaria à da Floresta Estadual Serra D’Água, embasada num outro posicionamento do biólogo João Luiz Pegoraro: “Destacamos que é bem evidente o trânsito da fauna entre a área alvo da proposta de conservação e a larga faixa de terra efetivamente utilizada pelo exército brasileiro, ambas separadas pela estrada supracitada”, a estrada vicinal. Lembrou que há algum tempo foi procurada no Instituto Agrônomo de Campinas por uma representante do Exército Brasileiro, de Brasília, que estava incumbida de discutir as questões ambientais referentes à área, como também a conservação e recuperação do Chapadão que faz divisa com a Estação Experimental do IAC, Santa Elisa. Por esse motivo, concluiu, tornava-se possível crer numa mudança de mentalidade não apenas das pessoas, genericamente falando envolvidas em alguma medida com a área, mas do próprio Exército Brasileiro, havendo mesmo a possibilidade da anexação da coudelaria à Floresta Estadual Serra D’Água. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes dos órgãos públicos. Jaime Anísio de Freitas, representante do Instituto Florestal de Mogi-Guaçu, declarou que participava há anos das grandes discussões ambientais que envolviam o município de Campinas, que noutra ocasião foi convidado a se manifestar sobre a questão dos recursos hídricos nos municípios de Vinhedo e Valinhos, e que foi responsável pela criação de um haras e uma da Estação Ecológica na região, tendo participado da elaboração de um relatório em que se recomenda a preservação ambiental das áreas supracitadas conjuntamente, documento que aliás que teria subsidiado, no caso em tela, os trabalhos do Instituto Florestal. Encerrou sua manifestação confessando sua satisfação com a comunhão de ideais e esforços em torno do projeto. Ivan Soares da Mota, externou sua satisfação com o evento, que, pareceu-lhe, celebrava um amadurecimento das instituições. Declarou aprovar a proposta de criação da floresta estadual e ressaltou que não importa que se trate de fragmentos de vegetação, eles são de qualquer modo muito importantes, porque representavam a resposta em defesa da natureza a uma ação humana de degradação por longo período perpetrada, e que para recomposição da mata a ciência nos fornecia os necessários parâmetros. Destacou a característica da área que permitia classificá-la como um reservatório hidrológico, e asseverou que para preservá-la precisará do apoio de toda a sociedade. Concluiu assumindo o compromisso de tudo fazer para que o plano de manejo seja o melhor elaborado possível e o conselho consultivo intensamente atuante, porque somente com a participação da sociedade poderá ser adequadamente feita a implantação de toda infraestrutura da futura Unidade de Conservação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Paulo Sérgio Garcia de Oliveira, Secretário de Meio Ambiente do Município de Campinas, parabenizou o Governo do Estado de São Paulo e o Instituto Florestal pela iniciativa da criação da Unidade de Conservação da Floresta Estadual Serra D’Água. Informou que o Município de Campinas possui, entre outras, uma Unidade de Conservação que é a um só tempo exemplo e modelo: a Mata Santa Genebra, administrada pela Fundação José Pedro de Oliveira, e que está desenvolvendo estudos para a criação de novas unidades. Acrescentou que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

iniciativa de criação da floresta vem se somar aos esforços do município para ampliação das áreas legalmente preservadas. Sugeriu que o próprio decreto delimite, com base nos estudos realizados, uma zona de amortecimento, assim como as atividades que devam ser consideradas dentro dessa zona para fins de licenciamento ambiental, e que esses dados, que constituiriam critérios para subsidiar a elaboração do plano de manejo, pudessem ser detalhados e revistos, mas sublinhou que é importante que se tenha essa parametrização inicial e que os empreendimentos no entorno sejam considerados, ouvido sempre o órgão gestor, no caso o Instituto Florestal. Relatou que a Prefeitura Municipal de Campinas trabalha com os planos locais; que o plano da macrozona 4, que envolve a região onde está inserida a nova Unidade de Conservação, será desenvolvido no próximo ano, e que nele são considerados uma série de critérios ambientais – da formação de corredores à recuperação de Áreas de Proteção Permanentes – que também devem se integrar à nova Unidade de Conservação, assim como a questão do uso do solo e das diretrizes viárias, tudo para garantir que a lei municipal proposta esteja de acordo com as diretrizes de preservação e proteção da Unidade de Conservação. Passou-se à etapa em que tem lugar a réplica dos autores do projeto, o esclarecimento de dúvidas eventualmente surgidas e respostas às indagações formuladas. Rodrigo Victor, Diretor Geral do Instituto Florestal, em resposta às questões formuladas ofertou os esclarecimentos que se seguem: disse que o Conselho Consultivo será formado pelos atores principais que ora dividem a cena no contexto da Unidade: o Poder Público Municipal, a sociedade, representada nas comunidades de bairro, e os centros de pesquisa do Estado de São Paulo. Afirmou que existe um decreto estadual que regulamenta o funcionamento dos conselhos consultivos das Unidades de Conservação, e ofereceu texto de sua autoria em que é esquematizado esse regramento. Confirmou tratar-se de um conselho paritário, dividido entre entidades governamentais e não governamentais, e que obedece a rito específico para eleição de seus membros. Declarou que já colaborou em diversos planos de manejo de Unidades de Conservação, e que em todos eles estabeleceu-se metodologia em obediência à qual os próprios participantes das oficinas destacavam os atores principais e atribuíam determinada relevância a esse ator, de conformidade com o papel por ele desempenhado. Acrescentou que em Campinas a composição desse conselho era potencialmente riquíssima, justamente porque existia uma série de órgãos estaduais, universidades, o poder público municipal e uma sociedade articulada, e que com esse perfil o trabalho desenvolvido seria deveras interessante, como demonstrado naquela mesma audiência pública, renunciando claramente que a Unidade seria gerida a partir de parcerias. Garantiu que o Instituto Florestal não deseja ser ele próprio o gestor da fazenda, mas sim da Unidade de Conservação, e que tudo fará para ter um bom diálogo com a população local. Esclareceu, a respeito das grandes obras edificadas na área, que a orientação pertinente proviria das diretrizes do plano de manejo, mas que existia uma permanente preocupação em limitar-se as construções que seriam feitas nesta como em qualquer outra Unidade de Conservação. Ponderou, ainda sobre o mesmo assunto, que aquelas que são essencialmente necessárias devem ser erigidas sob estritos critérios estéticos e com o uso de materiais adequados, pois somente então será possível estruturar-se adequadamente as Unidades de Conservação, em harmonia com a paisagem do entorno e, mais do isso, amplamente funcionais no contexto da mesma. Ressaltou que a corrente que prega seja mínima a área construída não representava necessariamente uma boa meta numa Unidade de Conservação, que não pode de modo algum prescindir de um conjunto elementar de estruturas que consigam dar cabo da gestão da Unidade sem com isso descaracterizá-la em relação às finalidades para as quais criada. Afirmou que o ônus de gerir e prover a vigilância da área é do Instituto Florestal, o que não obstava o encaminhamento de um processo de arregimentação de parcerias. Enfatizou que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

permanecia receptivo a eventuais contribuições, mas que a obrigação legal da conservação da área, reiterou, era em caráter indelegável do Instituto Florestal. Salientou que a proposta de uma nova Unidade de Conservação implicava em novas responsabilidades e exigia recursos, no caso em tela, da ordem de um milhão de reais para aplicação direta apenas durante o próximo ano. Informou que todos os órgãos envolvidos no processo estavam alinhados em seu posicionamento frente a questão, que constituía preliminar à criação da Unidade de Conservação. Explicou que o custo de administração de uma área urbana é muito alto, e exemplificou ao citar o Parque do Horto Florestal, onde se encontra a sede do Instituto Florestal, lembrando que somente este parque emprega quase a metade dos recursos destinados a todas as outras cinquenta Unidades de Conservação. Reconheceu outra vez a necessidade de contar com parcerias, especialmente do poder público municipal, na integração de esforços para conservação da área e sua vigilância. Noticiou já existir plano de fiscalização em concerto com a Polícia Militar Ambiental de São Paulo, tratado diretamente com seu comandante, o Coronel Milton Nomura, que se comprometeu a intensificar a vigilância com mais viaturas e policiais. Quanto à gestão da floresta, assegurou que o Instituto Florestal tem amplos conhecimentos na área, e que reúne todas as condições necessárias para realizar a contento a tarefa, qual seja, a de gerir mais esta Unidade de Conservação. Observou, entretanto, que com frequência não era possível alcançar o resultado ideal em face das limitações de recursos, como em todo órgão público, e que isso obrigava a Instituição a eleger, segundo critérios de prioridade, as áreas mais importantes onde investi-los. Acrescentou que ainda havia o plano de manejo a elaborar, mas que, uma vez que se propunha, em nome do órgão que representava, a fazer a melhor gestão possível, buscaria entregar uma proposta com boa consistência técnica. Arrematou que a área da coudelaria é absolutamente crítica do ponto de vista do sucesso da gestão da Floresta Estadual Serra D'Água, pelo risco que apresenta de tornar-se um condomínio, ainda que pequeno esse risco, uma vez que a própria população local tem reiteradamente se oposto à venda da área, o que por sua vez sinaliza que a sociedade não tolera mais que o patrimônio público tenha uma destinação que não a de proporcionar o bem estar e trazer benefícios para a região. Reconheceu que, por tratar-se de uma área vizinha e exercer impacto imediato e extremamente forte sobre a Floresta Estadual, a área da coudelaria constituía um corredor de ligação com a Estação Ecológica de Valinhos, o que sugeria fosse oportunizada a realização de trabalho integrado que envolvesse ambas as áreas, consolidando assim a preservação ambiental na região. Afirmou que existem duas iniciativas nessa direção, sendo uma delas do próprio Dr. José Roberto Albejante, Promotor de Justiça da Cidadania e Meio Ambiente de Campinas, que estaria promovendo diálogos com o Ministério da Defesa com o intuito de propiciar fosse a área objeto de proteção ambiental, e a outra do próprio Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Dr. Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, que também iniciou algumas tratativas com o mesmo Ministério. Retomando a questão relativa à gestão da floresta, reforçou que se daria sob a tônica do conceito de gestão participativa, e que incluiria o Instituto Agrônomo de Campinas e várias universidades, entre outros. Ponderou que somente graças aos esforços despendidos no sentido de se realizar aquela audiência pública com a maior brevidade possível é que viabilizou-se a aprovação desta Unidade de Conservação ainda em 2010. Agradeceu, também, pela informação a respeito da existência de um possível campo minado, que poderia estar localizado na área da coudelaria. Informou que o texto da proposta de criação da área encontrava-se, na íntegra, no site do Instituto Florestal, www.iflorestal.sp.gov.br, através do qual também poderiam ser encaminhadas contribuições para o aprimoramento do texto. Respondendo sobre a vegetação da área, assegurou que o plano de manejo oportunamente disciplinará o assunto, mas que a intenção é



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que a vegetação exótica, potencialmente invasora, seja eliminada, especialmente das áreas de preservação permanente, e substituída por vegetação nativa. Propugnou também pela criação de corredores que possibilitem sempre aumento de fluxo gênico. Agradeceu pela listagem ampliada de espécies de fauna que lhe fora ofertada, e comprometeu-se a inseri-la no documento. Declarou sua insegurança em estabelecer desde logo uma zona de amortecimento para a área, haja vista a necessidade de se ter um conhecimento maior das microbacias locais e maiores informações sobre o meio ambiente da região, informações estas que, somadas, possibilitarão um melhor desenho da zona de amortecimento, e encerrou informando que a pretensão do Instituto Florestal é de que o plano de manejo seja concluído já no próximo ano, havendo já recursos disponíveis para isso. Sílvia Jordão, representante também do Instituto Florestal, complementou as informações fornecidas com relação à zona de amortecimento e sublinhou que era o Exército, naquela área, o “maior vizinho” da floresta em termos territoriais. Relatou que fora chamada a participar das tratativas com o Exército Brasileiro pelo Promotor de Justiça Dr. José Roberto Albejante, e que esteve presente a essa reunião, representando o Instituto Florestal. Narrou que na ocasião reuniram-se o Ministério Público Estadual, o Instituto Florestal, o Exército e a Procuradoria Geral da União, que conversaram longamente, e o Exército se mostrava sempre reticente quanto a destinar alguma de suas áreas, como a da coudelaria, para conservação, sob a alegação de que teria projetos no local, que passaria a ser utilizado para treinamento de tropas do próprio Exército Brasileiro, além de conceber um projeto imobiliário para moradia dos oficiais. Observou que as negociações em torno da área não vingaram não porque se negassem os militares a negociar, mas porque ainda não sabiam como conduzir a negociação. Por essa razão, arrematou, a discussão envolvendo o Ministério Público do Estado de São Paulo, O Instituto Florestal e o Exército brasileiro permanecia em aberto, impossibilitando uma imediata definição da zona de amortecimento, posto que para tanto se fazia necessário o aval do Exército, mas que tal não tardaria ocorrer tão logo se dissolvesse aquele impasse, ou, em derradeira análise, por ocasião da formulação do plano de manejo, quando então o Exército será instado a manifestar-se. Em razão de não haver mais nenhum inscrito para fazer uso da palavra, solicitar esclarecimentos, questionar ou fazer comentários ou observações, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência pública preconizadas pela Deliberação Consema 34/2001 e declarou também que todos aqueles que desejassem contribuir para o aprimoramento do projeto poderiam ainda enviar, no prazo de cinco (5) dias úteis, seus questionamentos, críticas ou sugestões, protocolando-os diretamente na Secretaria Executiva, encaminhando-os através dos Correios ou por meio da caixa postal eletrônica consema.sp@ambiente.sp.gov.br. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.